

## Artigos de Revisão

# A formação acadêmica em educação física para a atenção básica do SUS: uma revisão integrativa em teses e dissertações <sup>1</sup>

**Academic training in physical education for primary care in the SUS: an integrative review of theses and dissertations**

**La formación académica en educación física para la atención primaria en el SUS: una revisión integradora de tesis y disertaciones**

  **Thiago Villa Lobos Mantovani**  
Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil  
E-mail: thiagovlm@hotmail.com

  **Daiana Machado**  
Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil  
E-mail: daiana-agape@hotmail.com

  **Elisabete dos Santos Freire**  
Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil  
E-mail: elisabetefreire@uol.com.br

  **Diego Faria de Queiroz**  
Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil.  
E-mail: diegofqueiroz@outlook.com

  **Daniel Teixeira Maldonado**  
Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil  
E-mail: danielmaldonado@yahoo.com.br

  **Kátia Bilhar Scapini**  
Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil.  
E-mail: katia.scapini@saojudas.br

<sup>1</sup> Apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Resumo:** Faz-se necessário abordar criticamente a promoção da saúde e os elementos que impactam o processo saúde/doença no cotidiano da formação do professor de Educação Física (EF). Portanto, este estudo tem como objetivo analisar teses e dissertações produzidas sobre a formação acadêmica em EF e sua relação com a saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de uma revisão integrativa. O estudo encontrou seis dissertações que mostraram que apesar da percepção das universidades de que a formação acadêmica permite aos professores de EF atuar no SUS, é possível identificar a manutenção do discurso conservador e biomédico, o que afeta a compreensão, a percepção e a ação dos professores de EF em equipes multiprofissionais no contexto da Saúde Coletiva presente no SUS.

**Palavras-chave:** Educação Física; Sistema Único de Saúde (SUS); Formação Profissional; Práticas Corporais.

**Abstract:** It is necessary to critically approach health promotion and the elements that impact the health/disease process in the daily training of Physical Education (PE) teachers. Therefore, this study aims to analyze the theses and dissertations produced on academic training in PE and its relationship with health in the context of the Unified Health System (SUS), through an integrative review. The study found six dissertations that showed that, despite the universities' perception that academic training allows PE teachers to work in the SUS, it is possible to identify the maintenance of the conservative and biomedical discourse, which affects understanding, perception and action of PE teachers in multidisciplinary teams in the context of Collective Health in the present SUS.

**Keywords:** Physical Education; Unified Health System (HUS); Professional Qualification; Corporal Practices.

**Resumen:** Es necesario abordar críticamente la promoción de la salud y los elementos que impactan el proceso salud/enfermedad en la formación diaria de los docentes de Educación Física (EF). Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo analizar tesis y disertaciones producidas sobre la formación académica en EF y su relación con la salud en el contexto del Sistema Único de Salud (SUS), a través de una revisión integradora.

El estudio encontró seis disertaciones que demostraron que, a pesar de la percepción de las universidades de que la formación académica permite que los profesores de EF actúen en el SUS, es posible identificar el mantenimiento del discurso conservador y biomédico, que afecta la comprensión, la percepción y la acción de los profesores de EF en equipos multidisciplinares en el contexto de la Salud Colectiva en el SUS actual.

**Palabras clave:** Educación Física; Sistema Único de Salud (SUS); Formación Profesional; Prácticas Corporales.

Submetido em: 15/02/2023

Aceito em: 11/04/2023

## 1 Introdução

Entre o final do século XIX e início do século XX, a influência da medicina e dos médicos higienistas serviu como base para a legitimação da Educação Física (EF). Entretanto, o discurso higienista ainda se apresenta com forte identidade em seus ideais eugênicos e serviu para fornecer hipóteses e justificativas sobre o fracasso da saúde e da qualidade de vida da população em estado de vulnerabilidade.

Nos anos 1950, ocorreu uma mudança no entendimento de saúde para uma forma integral, levando em consideração os aspectos biopsicossociais, por intermédio do esporte. Desta forma, o fenômeno esportivo se tornou o núcleo central para um pseudo desenvolvimento bio-psico-sócio-cultural de um povo, conforme apontado por Guedes e Guedes (1993, p. 18). Por volta dos anos 1970 e 1980, as práticas corporais foram vinculadas ao combate ao sedentarismo, estimulando os(as) alunos(as) à movimentação corporal e campanhas com esses objetivos foram desenvolvidas posteriormente na sociedade e implementadas em todos os estados brasileiros, a exemplo: Campanha Mexa-se; Método Cooper e o Movimento Esporte Para Todos. Entretanto, tal concepção de saúde não levava em conta determinantes sociais que influenciam a qualidade de vida da população. Dessa forma, o que é considerado saudável tende a reger o modo de ser e de se comportar da sociedade em relação à sua noção definida de saúde. Isto se deve ao condicionamento dos estilos de vida individuais e grupais, influenciando, assim, as políticas públicas governamentais implementadas. Neste contexto, é fundamental introduzir a Organização Mundial da Saúde (OMS), criada em 1948, que visa a alcançar o mais alto nível de saúde possível para todos os povos, e representa atualmente 194 estados membros. Seu conceito de saúde amplamente reconhecido é: "Um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença" (OMS, 1948).

A partir de 1970, ganhou força uma perspectiva diferente, reconhecendo que, além da dimensão biológica, a saúde também é determinada por mediações sociais, políticas e ambientais, como

explicam Lopes e Tocantins (2012). Os autores destacam como essa concepção de saúde deu origem à ideia de promoção da saúde, marcada pela divulgação da Carta de Ottawa, em 1986. Nessa perspectiva, a promoção da saúde só pode ser efetivamente concretizada por meio de uma série de ações individuais e coletivas, incluindo a educação em saúde, em que a Educação Física pode desempenhar um papel significativo.

Assim, por volta da década de 1980, o campo da Saúde Coletiva passou a ser entendido como uma esfera de conhecimento interdisciplinar e gradualmente se estabeleceu no Brasil (OSMO; SCHRAIBER, 2015; NOGUEIRA; BOSI, 2017). Segundo Osmo e Schraiber (2015), esse campo emergente surgiu como uma forma de crítica e resistência às concepções de saúde dominantes que enfatizavam apenas seus determinantes biológicos, bem como a política de saúde vigente no país naquela época.

Conforme percebem Paim e Almeida Filho (1998, p. 309):

A saúde coletiva contribui com o estudo do fenômeno saúde/doença em populações, enquanto processo social; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde (processo de trabalho) na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender, enfim, as formas com que a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde e por fim busca sua explicação e se organiza para enfrentá-los.

Buss e Pellegrini Filho (2007, p. 83) consideram o investimento em capital humano e em redes de apoio social como fundamental para a promoção e proteção da saúde individual e coletiva.

Esse novo paradigma relacionado à saúde oferece uma perspectiva crítica e social para o trato com a temática, surgindo, dessa forma, ações políticas e de pesquisa que à implementação e às análises dessas ações.

Desde a criação do SUS, em 1988, as ações nesse campo encontram-se em processo de transformação, subsidiadas, sobretudo, pelos princípios e pelas diretrizes que norteiam a organização do sistema e do reconhecimento da saúde como direito social (BRASIL, 1988). Diversas propostas têm sido implantadas nacionalmente, em especial aquelas vinculadas à atenção primária à saúde, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), a Equipe de Saúde da Família (ESF) e, mais recentemente, o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB).

O NASF-AB foi instituído em 2008 pela Portaria nº 154 do Ministério da Saúde, e em dezembro de 2012, seus parâmetros foram redefinidos e aprimorados por meio da Portaria nº 3124.

No entendimento de Gonçalves *et al*, (2015, p. 61):

Os Núcleos têm como objetivo principal oferecer apoio às ações desenvolvidas pelas equipes de Saúde da Família, além de ampliar a abrangência dessas ações segundo os princípios da territorialização e da regionalização. Outro objetivo é o de contribuir para a melhoria da resolutividade dos casos atendidos pela atenção primária, qualificando as ações e fortalecendo a rede de cuidados em saúde.

A prática corporal e a atividade física, portanto, foram áreas temáticas incorporadas às Estratégias de promoção da saúde, o que colaborou para a inserção do(a) professor(a) de EF no SUS e no NASF-AB dentro de equipes multiprofissionais, compostas, também, por fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, entre outros, compartilhando as práticas e saberes em saúde.

Seguiremos, neste texto, a terminologia professor(a) de Educação Física (PEF) não por um desconhecimento do Código Brasileiro de Ocupação (CBO) específica, mas por uma escolha política, compreendendo o caráter educativo presente na perspectiva da saúde coletiva com centralidade educativa desse trabalha-

dor. Carvalho e Carvalho (2018) apontam um amplo potencial de utilização de práticas corporais como formas de cuidado e promoção da saúde. Essas práticas abrangem diversas perspectivas da Educação Física no âmbito da Saúde Coletiva e da Saúde Pública. Estas abordagens estão presentes no cotidiano dos serviços de saúde e são capazes de se conectar com práticas como a mobilização comunitária, a capacitação dos utilizadores, o emprego de estratégias para aumentar o envolvimento, a promoção da inclusão social, o fortalecimento dos laços sociais através da solidariedade, o envolvimento em atividades culturais que se cruzam com práticas corporais e facilitação de momentos de encontros e experiências compartilhadas de vida, entre outros aspectos. Dessa forma, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo um guia de aconselhamento sobre a atividade física para a população brasileira (BRASIL, 2021), objetivando inserir medidas relacionadas às práticas corporais, levando em consideração as barreiras e os determinantes sociais dos pacientes do SUS, desenvolvido com “o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade” (BRASIL, 2012b, p. 69).

Essas iniciativas exemplificam a conscientização sobre a necessidade de conceber e executar estratégias, no âmbito da saúde pública, que promovam e facilitem o aumento do engajamento na atividade física entre a população brasileira, ao mesmo tempo que levam em consideração os fatores sociais que influenciam sua adoção e acessibilidade.

Ao analisar as características dos programas de atividades físicas desenvolvidos na atenção básica de saúde, de acordo com a presença do NASF-AB nos municípios e por regiões do Brasil, identifica-se que as principais atividades físicas desenvolvidas são grupos de caminhadas, alongamento, dança, exercícios neuromusculares, capoeira, bicicleta ergométrica, musculação e esportes, de acordo com Bonfim, Costa e Monteiro (2013).

Com a presença desses trabalhadores no Sistema Único de Saúde (SUS), houve um aumento significativo no número de cargos e concursos públicos destinados a esses profissionais. Amaro

*et al.* (2021) e outros autores como Benedetti e Borges (2014) e Andrade *et al.* (2014) destacam que esta realidade significa a necessidade de o campo acadêmico-profissional da Educação Física reconsiderar sua formação inicial, incorporando em seus currículos disciplinas que se envolvam em discussões sobre o tema da saúde pública e os possíveis papéis desses profissionais no sistema público de saúde brasileiro.

Bracht (1999) e Mezzaroba (2012) argumentam que a Educação Física, ao adotar uma perspectiva embasada na saúde coletiva, pode superar o modelo hegemônico de saúde que tem orientado a ação dos profissionais da área. Machado (2010) destaca que a prática pedagógica é a principal ferramenta que possibilita o cuidado em saúde, seja na escola, na Estratégia de Saúde da Família e na comunidade, evidenciando a responsabilidade de pensar a prática do(da) professor(a) de Educação Física e suas ilimitadas possibilidades de atuação no cuidado das pessoas que utilizam os serviços de saúde, para além de um conceito biopatológico, procurando articular com a realidade de cada comunidade.

Nesse contexto, torna-se imperativo um discurso crítico em relação à promoção da saúde, que reconheça os intrincados fatores que influenciam o processo saúde/doença no âmbito da formação cotidiana do professor de educação física. Dessa forma, identificar as pesquisas realizadas nos programas de *Stricto Sensu* que se propuseram a analisar o contexto educacional da formação em Educação Física e sua abordagem e desenvolvimento da temática da saúde no contexto do SUS, pode contribuir para que possamos compreender e analisar a preparação e a atuação do Professor de Educação Física (PEF) na Saúde Pública e no SUS. Por esse motivo, este estudo possui o objetivo de analisar as pesquisas produzidas sobre a formação acadêmica em EF e sua relação com a temática da saúde no contexto da Atenção Básica do SUS, em teses e dissertações produzidas em programas *Stricto Sensu* do Brasil.

## 2 Método

Para atingir o objetivo pretendido, foi realizada uma revisão integrativa, possibilitando a extração de informações sistemáticas sobre um tema específico (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Para tanto, seguimos os passos propostos por Garzon, Silva e Marques (2018) e formulamos uma questão orientadora.

Posteriormente, nos inspiramos na abordagem desenvolvida por Bracht *et al.* (2011) para conduzir a etapa inicial da pesquisa. Optamos por examinar as teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), acessíveis online. Foram utilizados os descritores Saúde, SUS e EF em ambas as bases de dados, utilizando os operadores booleanos AND, OR e ASPAS para estruturar uma sequência de busca.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Brasil foram encontrados 626 estudos com os descritores mencionados e, retirando os estudos duplicados, ficaram 496 teses e dissertações. No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, usando os mesmos descritores, foram encontradas 201 teses e dissertações. Portanto, somaram-se 827 estudos que apresentam os descritores nos dois bancos de dados e, retirando estudos duplicados, ficaram 598. A pesquisa foi realizada em 22 de outubro de 2022, e as teses e dissertações não passaram por um corte etário no processo de busca.

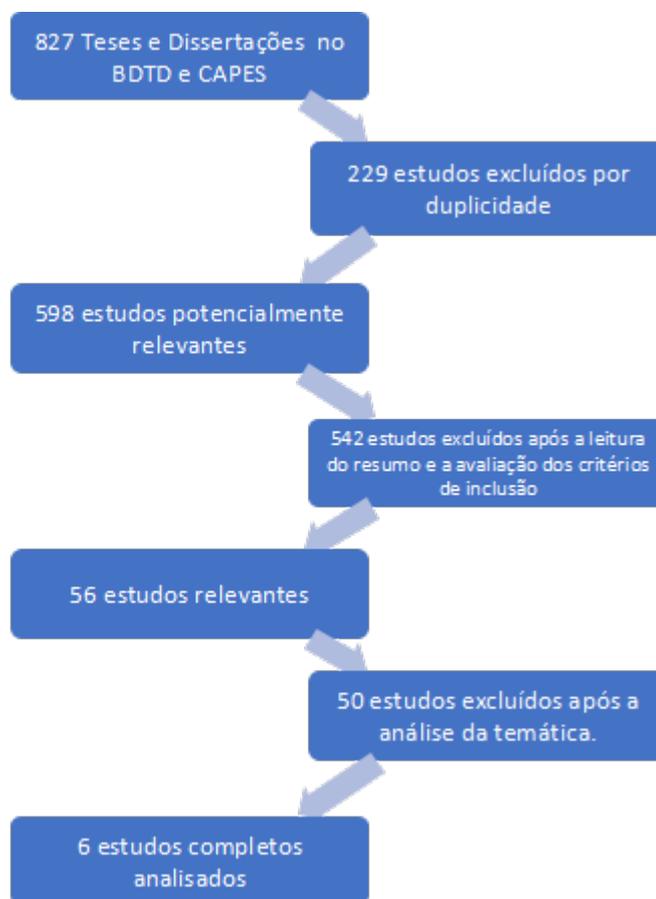
Na segunda etapa de análise, examinamos, inicialmente, os sumários e procuramos identificar, pelo título, as teses e dissertações que se concentravam na EF e no SUS e, em alguns casos, foi necessário ler os resumos e as palavras-chave. Nessa fase, identificamos diversos estudos que somente analisavam aspectos da Educação Física, do SUS ou da Saúde de forma isolada e, por esse motivo, excluímos 542 desses trabalhos acadêmicos, chegando a 56 teses e dissertações que abordavam a relação direta entre Educação Física, SUS e Saúde.

Na terceira etapa da pesquisa, revisamos os resumos de todos os estudos selecionados e, em alguns casos, o texto completo, com o objetivo de identificar trabalhos que examinassem a conexão entre EF, SUS e aspectos da formação acadêmica. A análise temática (BRAUN; CLARK, 2006) foi empregada para estruturar e, após a definição do tema, optamos por excluir dissertações e teses com falta de dados ou dados incompletos, assim como aquelas que não apresentaram relação com o tema das “pesquisas diagnósticas sobre as relações entre formação acadêmica, SUS e EF”, bem como as que não responderam aos objetivos dessa revisão integrativa. Finalmente, dissertações e teses sobre a formação em Educação Física e SUS que não pesquisaram realidades brasileiras. Ao final dessa etapa, identificamos apenas 6 dissertações que corresponderam aos critérios de inclusão.

Foram identificados, ainda, outros temas que visavam ao estudo da relação entre Educação Física e SUS, sendo 13 teses e dissertações sobre “Estudos de intervenção da EF no contexto do SUS”, 7 sobre “Análise documental da relação EF e SUS”, 4 sobre “Relação professor(a) e SUS” e 26 que abordavam aspectos da “Promoção de Saúde no SUS”. Devido à complexidade de cada um desses temas e ao objetivo deste estudo, as demais categorias serão garantidas em textos futuros.

Portanto, este artigo concentrou sua análise em dissertações que abordam a relação entre formação acadêmica na EF e no SUS. Em seguida, nos textos foram identificados os elementos de análise pré-selecionados, incluindo detalhes da publicação, características das dissertações, instituições de ensino com programas de mestrado ou doutorado, temas de pesquisa e conexões relativas à Educação, Saúde, EF e SUS. Os tópicos inicialmente sugeridos foram examinados, definidos e intitulados com a contribuição colaborativa de todos os autores, levando às definições temáticas finais.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a revisão integrativa da literatura



Fonte: elaborado pelos autores.

### 3 Resultados e discussão

Ao iniciar a análise, foram identificados 6 estudos que abordaram a relação da formação dos(as) estudantes de EF e o SUS, conforme apresentado no Quadro 1. Todos os trabalhos foram desenvolvidos em pesquisas de mestrado entre os anos de 2014 e 2020 nas seguintes instituições: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Em todos os estudos, a formação acadêmica e a percepção dos(as) estudantes em relação à sua preparação para a atuação no SUS foram problematizadas, sendo possível encontrar algumas análises acerca da grade curricular e da visão dos estudantes sobre o SUS durante os anos de formação.

Quadro 1 – Relação das Dissertações

	Temas identificados	Universidades	Autores	Ano
A1	A percepção dos(as) professores(as) de Educação Física sobre o processo formativo para atuação no SUS.	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	OLIVEIRA, Talita Soares de	2016
A2	SUS para todos, para pobres ou para ninguém? A visão de estudantes de Educação Física	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PIMENTEL, Joamara de Oliveira	2020
A3	A Educação Física e a promoção da saúde: formação profissional e desenvolvimento de competências	Universidade de São Paulo (USP)	SCABAR, Thaís Guerreiro	2014
A4	A formação do(da) graduado(a) em Educação Física para atuação em ambientes do SUS	Universidade do Estado do Pará (UEPA),	ROCHA, Raphael de Miranda	2016
A5	Formação e atuação do(da) professor(a) de Educação Física nos Núcleos de Apoio da Saúde.	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).	CARVALHO, Fausto David de	2016
A6	Que profissional de Educação Física queremos para atuar no SUS? Análise da formação profissional do curso de Educação Física e Saúde da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo (USP)	RALL, Luiza Meire Ferreira	2018

Fonte: elaborado pelos autores.

A percepção dos(as) estudantes de EF em relação à sua formação para a atuação no SUS e a promoção de saúde foi abordada em três dissertações (SCABAR, 2014; CARVALHO, 2016; OLIVEIRA, 2016). A presença de conteúdos relacionados à saúde coletiva e social nas Instituições de Ensino foi apontada em duas dissertações (ROCHA, 2016; RALL, 2018) e a visão de estudantes de EF sobre para quem deveria ser o direito de acesso ao SUS foi analisada na dissertação de Pimentel (2020).

Dentre os diversos debates realizados nas pesquisas, Oliveira (2016) revela que as principais dificuldades enfrentadas pelos(as) PEF estão no desconhecimento do sistema; na falta de conhecimento técnico; e no preconceito e na desvalorização por parte dos gestores e dos demais membros das equipes multidisciplinares em saúde, assim como os problemas relacionados à estrutura física nos locais de trabalho. Oliveira (2016) ainda indica que os(as) professores(as) investigados(as) percebem sua formação de forma não satisfatória em relação à sua atuação no SUS, levando os sujeitos da pesquisa, formados na modalidade Licenciatura, a desenvolverem um processo de autoformação. Scabar (2014) oferece uma possível justificativa para essa insatisfação dos(as) estudantes identificados(as) no estudo de Oliveira (2016), relatando que, embora o Projeto Pedagógico propusesse a construção de habilidades e competências para a promoção de saúde, o curso de EF não propunha componentes curriculares que abordassem essa temática sob a perspectiva das conferências internacionais.

A observação feita por Scabar (2014) remete a uma perspectiva sobre a saúde que ganhou impulso a partir da década de 1970, reconhecendo que, além da dimensão biológica, a saúde também é determinada por mediações sociais, políticas e ambientais, como também concordam Lopes e Tocantins (2012). Desse modo, esses autores destacam como essa concepção de saúde fundamenta a ideologia da promoção da saúde, como evidenciado pela divulgação da Carta de Ottawa, em 1986. Nessa perspectiva, a promoção da saúde só pode se materializar por meio de uma série de ações individuais e coletivas. Embora essa percepção inspire pesquisas e práticas pedagógicas na área há várias décadas e tenha contribuído para ampliar a perspectiva sobre a relação entre Educação Física Escolar e Saúde (DEVIDE, 2002; KNUTH; LOCH, 2014), o termo promoção da saúde tem sido utilizado com diversos significados por profissionais e pesquisadores, frequentemente incorporado ao “discurso biomédico”. Ao

se engajar na EF Escolar com o Sistema Único de Saúde (SUS), ela se depara com a necessidade de romper com essa perspectiva, encontrando conflitos reflexivos, conceituais, técnicos e sociais, como também identificado por Ferreira *et al.* (2016).

O discurso biomédico se intensifica na análise de Oliveira (2016), o qual descreve que na percepção dos(as) estudantes relacionados(as) com os conhecimentos específicos sobre o SUS e as práticas de estágios curriculares nesse campo foram os principais elementos curriculares a serem considerados na formação de futuros(as) PEF, o que corrobora com os dados encontrados por Scabar (2014), apontando que os(as) PEF associaram, com frequência, o conceito de promoção de saúde às práticas físicas e esportivas, em detrimento das questões sociais e culturais, associando esses conceitos voltados para o ideal da mudança de comportamento.

Os dados relatados por Oliveira (2016) e Scabar (2014) apresentam os reflexos da formação acadêmica biologicista que, por vezes, desconsidera aspectos sociais e reflexivos acerca das influências do meio e da sociedade. Portanto, uma formação profissional de EF que apresenta uma prática pedagógica conteudista e biológica tende a desenvolver professores(as) com dificuldades para atuar em contextos e realidades distintas das projetadas em seu processo formativo.

Carvalho (2016), ao analisar a grade curricular das universidades, identificou uma organização curricular com pequenos avanços em alguns estados, resultando em um corpo de PEF fragilizado e desvalorizado quando comparado a outros profissionais atuantes nos NASF-AB, Academia da Saúde, entre outros. Além disso, a pesquisa mostrou que os(as) PEF da área ainda carregam conceitos centrados na visão biomédica em sua formação. Tal processo formativo tecnicista se reflete no conflito apontado por Oliveira (2016) e Scabar (2014), no qual os(as) estudantes e PEF, quando questionados sobre as suas conceituações de saúde e sua relação com o SUS, associam, frequentemente, promoção de saúde com práticas físicas e esportivas, demonstrando que na formação desses(as) futuros(as)

professores(as) a saúde está atrelada ao aumento no movimento corporal, desconsiderando os demais determinantes sociais como economia, transporte, emprego, raça, entre outros,

Mantovani, Freire e Maldonado (2021) indicam que a perspectiva social de estudantes do ensino médio acerca da promoção de saúde e sua relação com EF estão atreladas também ao aumento da prática de atividade física, devido à influência social dessa relação no cotidiano de nossa sociedade. Assim, Scabar (2014) nos demonstra que se a formação de PEF em EF não romper com a perspectiva de promoção de saúde, presente em nossa sociedade, atrelada irrestritamente às atividades físicas e/ou alimentares, tais professores(as) terão dificuldade de atuação profissional no contexto do SUS, incorrendo a práticas e discursos excludentes à saúde, pois desconsiderarão os contextos inseridos, as dificuldades, as relações sociais e os determinantes sociais de influência de seus(suas) alunos(as).

Scabar (2014) descreve como fundamental atender às demandas sociais ao analisar a presença do conteúdo de promoção da saúde nos cursos de Educação Física. Ele destaca a importância de considerar os problemas regionais relacionados aos setores sociais, pois a promoção da saúde visa, sobretudo, ao empoderamento da população na luta pelo alcance dos direitos sociais, cenário mutante e heterogêneo no nosso país.

Bracht (1999) e Palma, Estevão e Bagrichevsky (2003) destacam a necessidade de aportes teóricos suficientes na formação de professores(as) e no currículo universitário da Educação Física para o(a) graduando(a) poder identificar processos históricos, políticos, sociais, culturais e biológicos relacionados à saúde-doença-cuidado, permitindo a preparação para as ações em saúde comunitária, assim como em outras perspectivas. Os autores elencam alguns conteúdos importantes de serem ouvidos na formação universitária no eixo da saúde coletiva, tais como: saúde coletiva e cultura corporal; programas de intervenção em saúde comunitária; educação e comunicação em saúde pública; e cultura, saúde e sociedade.

A análise aprofundada das disciplinas curriculares nos cursos de EF e sua relação com o SUS aparece durante nossa revisão integrativa nas dissertações de Rocha (2016) e Rall (2018).

Rall (2018), ao analisar a formação dos(das) professores(as) de EF na Universidade de São Paulo, investiga 70 disciplinas do curso e seu alinhamento com a Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, que criou o NASF-AB, na tentativa de compreender se o(a) PEF formado(a) atende às demandas conceituais e práticas da relação SUS/Saúde/ EF. A pesquisadora realiza uma análise documental das disciplinas, investigando os objetivos ou resumos dos programas, sem se aprofundar nas práticas pedagógicas desenvolvidas e nos resultados avaliativos após seu desenvolvimento.

A autora identifica que, dentre as disciplinas do curso de Bacharelado em EF e Saúde, obrigatórias e optativas eletivas, apenas seis não contemplaram os critérios estabelecidos em seus objetivos ou resumos com os termos do NASF-AB e, por esse motivo, acredita que o curso avança no sentido de proporcionar potencialidades na área da saúde voltada aos objetivos do SUS. Entretanto, a pesquisadora acrescenta que, devido ao fato de a investigação se ater a uma análise documental, não foi possível averiguar a subjetividade e os resultados das práticas pedagógicas. Rall (2018) também identificou que 33 disciplinas eram da área biodinâmica, 15 da sociocultural, 08 de humanidades, 06 se constituíam como interdisciplinares e 02 eram de exatas. Agrupando-se as disciplinas de caráter sociocultural e as de humanidades, em porcentagem, são 35,9% e as da área de biodinâmica, 51,5%.

Rocha (2016), ao analisar o desenvolvimento do curso de EF em quatro universidades, identificou que, na visão das instituições, os(as) PEF estariam aptos para atuar em ambientes escolares e não escolares, já que os cursos de formação possuíam, na matriz curricular e nas ementas, termos relacionados à saúde nos seus aspectos da promoção, prevenção e proteção. Todavia, se destaca na pesquisa que o conceito biomédico predomina na base epistemológica do processo formativo nas instituições de ensino analisadas.

Portanto, podemos verificar que para, as instituições que formam futuros(as) PEF, a temática de saúde é desenvolvida nesse processo de formação com possível proximidade aos conceitos de saúde presentes no SUS. Entretanto, ao nos aprofundarmos nas práticas pedagógicas, nas áreas acadêmicas das disciplinas e na percepção dos(as) estudantes, identificamos inconsistências com relação às visões institucionais e documentais, conforme apontado por Prado e Carvalho (2015).

Machado *et al.* (2020) indicou a importância da atuação do Professor de Educação Física no Sistema Único de Saúde e sua grande contribuição diretamente relacionada à qualidade de vida, porém a matriz curricular dos cursos de graduação não apresenta conteúdos suficientes que possam preparar o profissional para atuar no sistema.

Em relação a tais conteúdos, Andrade *et al.* (2014) demonstra a necessidade de ampliação da concentração de disciplinas de Saúde Pública, como epidemiologia, promoção em saúde, políticas públicas de saúde e Sistema Único de Saúde, contribuindo, assim, para a formação ampliada em saúde e a discussão dos determinantes sociais de saúde.

Portanto, embora tenha ocorrido um possível avanço na abordagem pedagógica com a temática saúde, evidencia-se uma característica biologista nas áreas e o desequilíbrio na formação acadêmica dos(as) professores(as).

Esse fenômeno reducionista da saúde a uma determinação biológica já é apontado por diversos autores(as) e pesquisadores(as), a exemplo de Palma (2020), que sugere que a relação entre Educação Física e saúde deve ser abordada por meio de novas perspectivas que estejam atentas às incertezas e complexidades do processo. Bracht (1999) esclarece a importância de compreender a tradicional associação positiva entre atividade física e saúde, por meio de uma educação que fortaleça o conceito da saúde ampliada.

Essa perspectiva de inter-relação do conhecimento construído, que dialoga com o contexto, encontra sustentação nos pro-

cessos de como defende Freire (1959, p. 33), que discute a necessidade “[...] de uma educação que possibilite ao ser humano uma discussão corajosa de sua problemática, de sua inserção nesta discussão, que o advertisse dos perigos de seu tempo na construção de uma educação para a responsabilidade social e política”.

A conjuntura reflexiva dos dados apresenta a importância de a formação em EF e sua visão de saúde transporem o viés biológico, diante da complexidade para a atuação no SUS e o desenvolvimento dos programas de promoção de saúde dentro de uma sociedade complexa e vulnerável.

Outro fator de influência nas grades curriculares e perspectivas de saúde desenvolvidas nas universidades pode estar associado ao domínio do mercado de trabalho e da indústria da beleza para esses profissionais. No estudo de Pimentel (2020), ao verificar a visão de estudantes de EF sobre para quem deveria ser o direito ao acesso ao SUS (“para todos”, “para pobres” ou “para ninguém”), a maioria (85,4%) considerou que o acesso ao SUS deveria ser “para todos” (sem diferença entre ingressantes e concluintes), enquanto 12,9% consideraram que deveria ser “para pobres” e 1,7% “para ninguém”. Entretanto, um dado encontrado pelo autor chamou a atenção, quando ele questionou os(as) professores(as) de EF egressos e concluintes acerca dos programas de atividades físicas, e 21,3% dos(as) ingressantes e 14,3% dos(as) concluintes consideraram que o acesso deveria ser apenas para quem não pode pagar por serviços privados. Esse dado evidenciou, para o autor, que ainda está presente a visão de que as práticas corporais e atividades físicas são uma mercadoria e não um fator condicionante e determinante de saúde.

Da mesma forma, Rocha (2016), ao analisar os(as) egressos(as) de um curso de EF, identificou que 76,7% já atuaram ou ainda estavam atuando em academias de ginástica, 74,41% em escolas e 2,3% no SUS, sendo que 98% não estavam confortáveis para a atuação nesse contexto profissional.

Os resultados apresentados por Pimentel (2020) e Rocha (2016) demonstram que, apesar da totalidade dos estados, a área de trabalho relacionada à licenciatura representa ainda a maior parcela dos vínculos formais na EF. Por outro lado, no bacharelado os(as), educadores(as) que atuam em academias, clínicas e outros espaços privados representam a entrada de 60-70% do mercado atendido (BERTEVELLO, 2015; MENDES, AZEVEDO, 2014), sendo esses serviços vinculados à indústria dos produtos esportivos e das práticas vinculadas à autoimagem.

Portanto, as grades curriculares das universidades analisadas apresentam objetivos e visões mercadológicas que visam à inserção desses PEF na atuação profissional disponível, principalmente em ambientes profissionais atrelados à estética e aos esportes. Fonseca e Souza Neto (2020) analisou o mercado de trabalho do(a) professor(a) de EF, identificando que, diferentemente de outras profissões, esse(a) PEF atua com os cuidados do corpo e com as atividades físico-desportivas, se associando ao corpo pela promoção dos princípios do autocuidado, encaminhando o indivíduo para o consumo de bens e serviços de saúde mercadológicos e existentes e, por esse motivo, a carreira desse(a) professor(a) nesse setor teria o seu ápice nos primeiros 20 anos de exercício profissional, provavelmente, o período que corresponde ao desenvolvimento das capacidades físicas desses sujeitos.

Dessa forma, os cursos de ensino superior não identificam uma demanda latente para uma formação de professores(as) para a atuação no SUS. Faz-se necessária, além de investimento público para a inserção de mais profissionais no SUS, a ampliação da visão de saúde na sociedade, na gestão pública, nas universidades e nos(as) PEF. Infelizmente, como obstáculos recentes, podemos destacar o novo modelo de financiamento da Atenção Primária por meio do Programa Previne Brasil, que impõe um conjunto de regras que dificultam os repasses advindos da União para os municípios (BRASIL, 2019), e a Nota Técnica nº 3/2020, que deixa de credenciar novas equipes NASF-AB junto ao Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b).

## 4 Considerações finais

A revisão realizada neste estudo nos permite identificar que a formação acadêmica dos professores de Educação Física ainda apresenta uma abordagem predominantemente biomédica, embora eles considerem desenvolver uma perspectiva mais ampla em seus Projetos Pedagógicos e curriculares. O reflexo dessa prática no conjunto de PEF é encontrado nas habilidades dos estudantes, que relatam não se sentirem preparados para atuar no contexto da saúde pública e enfrentar conflitos quando se deparam com equipes multidisciplinares e perspectivas de saúde que vão além dos aspectos do movimento corporal.

Ainda que as universidades acreditem que a proposta de formação acadêmica possibilite a formação de professores para atuar no SUS, há evidências de que a abordagem biológica e biomédica ainda está enraizada historicamente na área, descontextualizando a atuação do professor no contexto multidisciplinar presente no SUS e ignorando as influências do meio na promoção da saúde. Assim, é necessário relacionar as aprendizagens adquiridas com o contexto local, buscando compreender os efeitos dessa aprendizagem no ambiente.

Portanto, é necessário que as universidades mantenham uma formação político-pedagógica que auxilie os professores a serem reflexivos, buscando, além de técnicas e métodos para o desenvolvimento do movimento corporal, a identificação da cultura corporal como um processo inserido em um contexto e esse, por sua vez, necessita de sentido dentro dessa cultura, auxiliando no empoderamento social e na compreensão da saúde como um direito individual influenciado e influente pelo coletivo.

Embora os desafios relatados não dependam exclusivamente dos professores de Educação Física para serem resolvidos, os resultados desta revisão fornecem informações importantes para que futuros profissionais que desejam atuar no SUS possam se preparar de forma mais objetiva e realizar um trabalho com eficiência e qualidade. Um professor formado em uma prática peda-

gógica reflexiva e que compreende a saúde coletiva estará apto a atuar nos contextos presentes no SUS e nas mudanças sociais e de influências do meio, compondo equipes multidisciplinares que possam atender ao cidadão em sua complexidade e necessidade de melhorar sua qualidade de vida, além de compreender a saúde como o resultado de múltiplas mediações sociais.

## Referências

AMARO, B. C.; FONSECA, R. G.; LOCH, M. R. Seleção de profissionais de educação física para atuarem nos NASF-AB: análise de provas. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [s. l.], v. 27, p. 1-8, 2021. DOI: 10.12820/rbafs.27e0249. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14756>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ANDRADE, D. R. *et al.* A formação do bacharel em educação física frente à situação de saúde no Brasil. *In*: BENEDETTI, T. R. B.; SILVA, D. A. S. S.; SILVA, K. S.; NASCIMENTO, J. V. (Org.). **A formação do profissional de Educação Física para o setor saúde**. Florianópolis: Postmix, 2014, v. 1, p. 87-103.

BENEDETTI, T. R. B; BORGES, L. J. Vivência acadêmica e proximidade prática na saúde. *In*: BENEDETTI, T. R. B.; SILVA, D. A. S. S.; SILVA, K. S.; NASCIMENTO, J. V. (Org.). **A formação do profissional de Educação Física para o setor saúde**. Florianópolis: Postmix, 2014, v. 1, p. 51-66.

BERTEVELLO, G. Academias de ginástica e condicionamento físico: sindicatos e associações. *In*: DACOSTA, L. P. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2015. P. 178-179. Disponível em: <http://www.listasconfef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BONFIM, M. R.; COSTA, J. L. R.; MONTEIRO, H. L. Ações de Educação Física na saúde coletiva brasileira: expectativas versus

evidências. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 167-173, 2013. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1854>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-organizacionais>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 10, n. 48, p. 69-88, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRACHT, V. *et al.* A Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento dos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 11-34, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/19280>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Nota Técnica nº 3/2020, de 28 de janeiro de 2020b**. Assunto: Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/materiais-de-apoio/legislacao-especifica/programa-previne-brasil/2020/nt\\_nasf-ab\\_previne\\_brasil.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/materiais-de-apoio/legislacao-especifica/programa-previne-brasil/2020/nt_nasf-ab_previne_brasil.pdf/view). Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da

Saúde, 2021. 54 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_atividade\\_fisica\\_populacao\\_brasileira.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf). Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979\\_13\\_11\\_2019.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html). Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Consolidado histórico de cobertura da Estratégia Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaConsolidado.xhtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b. DOI: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRAUN, V; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research**, New York, v. 3, n. 2, p. 77- 101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Disponível em: Using thematic analysis in psychology: Qualitative Research in Psychology: Vol 3, No 2 (tandfonline.com). Acesso em: 13 fev. 2023.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARVALHO, F. D. **Formação e atuação do profissional de Educação Física nos Núcleos de Apoio de Saúde da Família do município do Rio de Janeiro**. 2016, 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18948>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARVALHO, F. F. B. de; CARVALHO, Y. M. de. OUTROS... LUGARES E MODOS DE “OCUPAÇÃO” DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE COLETIVA/SAÚDE PÚBLICA. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 4, p. 957-967, 2018. DOI: 10.5216/rpp.v21i4.51336. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/51336>. Acesso em: 31 out. 2023.

DEVIDE, F. P. Educação Física, Qualidade de Vida e Saúde: campos de intersecção e reflexões sobre a intervenção. **Movimento**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 77-84, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2644>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2644>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FERREIRA, T. *et al.* A inserção do profissional de Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família: visão dos profissionais. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 228-236, 2016. DOI: 10.12820/rbafs.v.21n3p228-236. DOI: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/5703>. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/5703>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FONSECA, R. G.; SOUZA NETO, S. Educação Física, profissionalização e mercado de trabalho: uma análise sobre o projeto profissional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, p. e26024, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.98699>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/98699>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 1959. 141f. Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes, Pernambuco. Recife, 1959. Disponível em: <https://www.acervo.paulofreire.org/items/d2fa8b2a-d2c7-4a82-9e81-184f9cc418bc>. Acesso em: 07 dez. 2023.

GARZON, A. M. M.; SILVA, K. L.; MARQUES, R. C. Pedagogia crítica libertadora de Paulo Freire na produção científica da Enfermagem 1990-2017. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 4, p. 1751-1758, 2018.

GONÇALVES, R. M. A. *et al.* Estudo do trabalho em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 131, p. 59-74, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/mNVPBPGdkVY9GKnrH78Q5nf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. **Educação Física escolar**: uma proposta de promoção da saúde. *APEF*: Londrina, v. 7, n. 14, jan. 1993, p. 16-23.

KNUTH, A.; LOCH, M. "Saúde é o que interessa, o resto não tem pressa?": um ensaio sobre educação física e saúde na escola. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 429-440, jul. 2014. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/3095>. Acesso em: 13 fev. 2023.

LOPES, R.; TOCANTINS, F. R. Promoção da saúde e a educação crítica. **Interface**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 235-248, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6dR6MvCvyHKBkzbYJnFY9jb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de mar. 2023.

MACHADO, G. R. *et al.* O profissional de educação física e a promoção da saúde na atenção básica. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v. 1, p. e9997, 28 dez.

2020. Disponível em: [file:///Users/thiagovlm/Downloads/9997-Manuscrito-29026-1-10-20201228%20\(2\).pdf](file:///Users/thiagovlm/Downloads/9997-Manuscrito-29026-1-10-20201228%20(2).pdf). Acesso em: 14 de fev. 2023.

MACHADO, M. S. A saúde no currículo de educação física: os PCNS. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Macaé, v. 6, n. 9, p. 26-34, 2010. Disponível em: <https://fontouraeditora.com.br/periodico/article/716>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MANTOVANI, T. V. L.; MALDONADO, D. T.; FREIRE, E. S. A relação entre saúde e educação física escolar: uma revisão integrativa. **Movimento**, [s. l.], v. 27, p. e27008, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.106792>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MENDES, A. D.; AZEVEDO, P. H. O trabalho e a saúde do educador físico em academias: uma contradição no cerne da profissão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, Florianópolis, v. 28, n. 4, p. 599-615, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092014000400599>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MEZZAROBA, C. Ampliando o olhar sobre saúde na Educação Física escolar: críticas e possibilidades no diálogo com o tema do meio-ambiente a partir da Saúde Coletiva. **Motrivivência**, Florianópolis, v. XX, n. 38, p. 231-246, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n38p231>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NOGUEIRA, J. A. D.; BOSI, M. L. M. Saúde coletiva e educação física: distanciamentos e interfaces. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1913-1922, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.23882015>. Acesso em: 13 fev. 2023.

OLIVEIRA, T. S. **A percepção dos profissionais de Educação Física sobre o processo formativo para atuação no sistema único de saúde (SUS)**. 2016. Dissertação. (Mestrado Profissional

de Ensino na Saúde) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3630511](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3630511). Acesso em: 15 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 abril 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição**. Genebra: OMS, 1948. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/oms2.html>. Acesso em: 11 de abr. 2023.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 205-218, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015S01018>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova” saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000400001>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PALMA, A. Tensões e possibilidades nas interações entre Educação Física, saúde e sociedade. *In*: WACHS, F; LARA, L; ATHAYDE, P. (Org.). **Atividade física e saúde**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 15-27.

PALMA, A; ESTEVÃO, A; BAGRICHEVSKY, M. Considerações teóricas acerca das questões relacionadas à promoção da saúde. *In*: BAGRICHEVSKY, M; PALMA, A; ESTEVÃO, A. (Org.) **A Saúde em debate na educação física**. Blumenau: Edibes, 2003. p. 15-32.

PRADO, A. R. do; CARVALHO, Y. M. de. Formação em Educação Física: Experiências de integração ensino-serviço na atenção básica em saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 635–646, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/55864>. Acesso em: 07 dez. 2023.

PIMENTEL, J. O. **SUS para todos, para pobres ou para ninguém?** Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000232285>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RALL, L. M. F. **Que profissional de Educação Física queremos para atuar no SUS?** Análise da formação profissional do curso de Educação Física e Saúde da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 35f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100139/tde-14052018-121829/es.php>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ROCHA, R. M. **A formação do graduado em educação física para atuação em ambientes do sus.** 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde na Amazônia) – Faculdade de XX, Universidade do Estado do Pará, Pará. 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4708836](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4708836). Acesso em: 13 fev. 2023.

SCABAR, T. G. **A Educação Física e a promoção da saúde: formação profissional e desenvolvimento de competências.** 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI:10.11606/D.6.2014.tde-27032014-084905. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/>

disponiveis/6/6135/tde-27032014-084905/pt-br.php. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA, L. H. **A Formação em Educação Física para atuação na saúde**. 2016. 322f. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139515/silva\\_lh\\_dr\\_rcla.pdf?sequence=6&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139515/silva_lh_dr_rcla.pdf?sequence=6&isAllowed=y). Acesso em: 13 fev. 2023.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.